

Às pessoas e colectivos mais do que polas palabras conhecemo-los polas suas acções. A posição do nacionalismo institucional perante o Plano Estratégico de Resposta Policial desenhado por Madrid evidencia até que ponto chega a sua colaboração com as forças repressivas do Estado. O alcalde do BNG no Porriño, Raul Francés, reunia-se ontem com a Guarda Civil para aplicar nesta vila o plano de Interior que visa o incremento da vigilância e a pressão policial sobre a mocidade. “Com a criação da Junta Local de Segurança conseguimos um âmbito mais no que juntar esforços e agir de jeito coordenado”, afirmava optimista o regedor porriñês após uma reunião com mandos da Guarda Civil para acrescentar a vigilância do instituto armado sobre centros educativos e locais de ócio de jovens e adolescentes. A excusa para o despregamento policial é, segundo vimos informando nas últimas semanas, o controlo do tráfico e consumo minorista de drogas ilegalizadas na mocidade. A Guarda Civil assumirá o controlo da mocidade na vila do Porriño. A aplicação do plano correrá a cargo da Polícia local e o quartel da Guarda Civil. Francés reunia-se ontem com o capitão da organização armada espanhola Jesús García e o tenente Antonio Porto. Aliás, assistiam a concelheira de Segurança Cidadã Obdulia Diniz e o chefe da Polícia local Álvaro Cunqueiro. Francés não tinha reparo em afirmar que o plano policial enquadra-se na “línea de cooperação entre a Guarda Civil e a Polícia local, que se concretou na criação da Junta Local de Segurança do Porriño”. Tal cooperação é embora meramente subsidiária, uma vez que coloca a Polícia local como corpo auxiliar do instituto armado, único depositário de competências exclusivas na matéria. A colaboração da direcção do nacionalismo maioritário com as forças policiais espanholas não é de agora. Contudo, aprofunda-se ano após ano. A participação acrítica e seguidista do BNG na aplicação dumha estratégia que unicamente visa o controlo da mocidade galega e a sua socialização no temor e a obediência às forças de ocupação, desbotando contrapor medidas sócio-educativas e de carácter comunitário à intervenção repressiva generalizada, é, sem rasto de dúvida, uma contribuição à legitimação social da presença e funções duns corpos repressivos desenhados para combater a construção nacional da Galiza que conta no 'deve' do BNG .